

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS PARA O BRASIL

I — INTRODUÇÃO

A economia nacional em seu conjunto pode ser esquematicamente representada por um circuito. As emprêsas congregando fatores de produção geram, durante determinado tempo, um certo volume de bens e serviços (Produto). Este volume de bens e serviços tem um certo valor de mercado, que corresponde às remunerações que foi preciso pagar aos fatores de produção (Renda) que participaram da sua elaboração. De posse destas remunerações, os fatores de produção candidatam-se à aquisição (Despesa) do volume de bens e serviços gerado pelas emprêsas(1).

Partindo, portanto, da idéia que as variáveis globais podem ser consideradas sob três ângulos, isto é, como a soma de rendimentos, de dispêndios e de produtos e serviços, segue-se que as estatísticas podem ser apresentadas sob forma de contas balanceadas. Uma extensão natural dêste método de apresentação consiste em construir quadros de dupla entrada ou contas articuladas, sintetizando as transações de grupos ou entidades dentro da Economia.

Fundamentando-se na divisão da Economia em setores que constituem grupos determinados de agentes econômicos, a contabilidade nacional é uma tentativa de representação esquemática porém completa da atividade econômica de uma nação, de acôrdo com os princípios de uma contabilidade em partidas dobradas.

Muito embora a contabilidade nacional constitua uma disciplina recente, a idéia, em si, é bastante antiga. Històricamente, encontram-se antecipações da contabilidade nacional desde os séculos XVII com King(2) e XVIII com Quesnay(3) e Lavoisier(4).

(1) Trata-se, evidentemente, de uma versão simplificada do fluxo circular em que se faz abstração da atividade governamental e das relações da economia com o exterior.

(2) *Natural and Educational Observations and Conclusions upon the State and Conditions of England.*

(3) *Tableau Économique.*

(4) *De la Richesse territoriale du Royaume de France.*

Foi, porém, a partir da Segunda Guerra Mundial que o estudo dos métodos de contabilidade nacional foi empreendido de forma mais vigorosa. A explicação da revivescência — após longa interrupção, que durou mais de um século — reside no progresso da documentação estatística e nas formas novas de teoria econômica orientadas para as quantidades globais.

De início os novos estudos incidiram sobre a renda nacional e totais correlatos (produto nacional bruto, renda pessoal, etc...). Tais estimativas revelaram-se particularmente interessantes na formulação da política econômica. Tornou-se logo evidente, porém, a necessidade de obter informações numéricas sobre a estrutura dos fluxos de serviços e produtos ao longo do ano e sobre a interdependência desses mesmos fluxos. Os especialistas de renda nacional foram, dêsse modo, naturalmente conduzidos para o estudo das condições dentro das quais se poderia estabelecer uma contabilidade que evidenciasse o conjunto das operações econômicas da Nação.

A evolução de tais estudos conduziu, nos dias atuais, ao sistema de contas nacionais (5) construídas em diferentes níveis de agregação.

Assim por exemplo, estabeleceram-se, primeiramente, contas ao nível do produto e da renda nacional visto que eram tais agregados os que se desejava mensurar. A atenção do analista convergia para as funções de produção, consumo e acumulação de capital, considerada a economia como um todo homogêneo. Ao cabo de certo tempo, entretanto, percebeu-se que as quantidades globais em si tinham pequena significação e que era preciso descer a níveis menores de agregação a fim de examinar o comportamento dos elementos que as compõem. Chegou-se, assim, aos sistemas de contas segundo os grupos sociais homogêneos, fixados em função de seus comportamentos.

(5) A expressão contas nacionais define o nosso campo de trabalho dentro do conceito mais amplo da contabilidade nacional. Esta delimitação acha-se justificada, pouco mais adiante, no próprio texto.

O vocábulo "conta nacional" surgiu nas publicações oficiais no decorrer de 1947. Encontra-se a denominação "Social Account" no documento britânico sobre a renda nacional e a despesa do Reino Unido de 1938 e 1946. O suplemento do Survey of Current Business dedicado à renda nacional consagra, nos Estados Unidos, a expressão "National Account". As contas nacionais podem ser definidas como: contas estabelecidas para um grupo de unidades contábeis tais como, indivíduos, empresas, governo etc. ou para a Economia como um todo, evidenciando suas transações em todos os domínios da atividade econômica. Registram-se as despesas e receita de cada grupo que se dedica a uma forma qualquer de atividade e definem-se as rubricas das duas colunas de contas de tal sorte que seus totais se igualem necessariamente.

Se a metodologia se transformou quanto a um aspecto importante, quanto a outro ela permaneceu a mesma: a atenção do analista prendeu-se, em cada grupo ou setor, à identificação do produto da renda, do investimento e da poupança. Por conseguinte, as contas nacionais, em sua concepção, envolvem um sistema de análise do tipo keynesiano, sendo a idéia de grupo social introduzida a posteriori.

Cabe acrescentar que, nesse esforço de decomposição das quantidades globais, os estudiosos das contas nacionais vieram ao encontro de outros dois grupos de pesquisadores. Um grupo, seguindo Leontief preocupou-se em estudar as categorias industriais, isto é, em evidenciar os fluxos de mercadorias e serviços entre os diferentes ramos de atividade econômica. Resultou daí a construção do sistema *input-output*. O outro grupo, seguindo Copeland, concentrou-se na identificação dos fluxos puramente financeiros, dando, dest'arte, maior evidência ao papel da moeda e do sistema bancário dentro da Economia Nacional.

Como o estudo das relações inter-industriais vem sendo, em nosso país, objeto de interesse do Conselho Nacional de Economia e, dentro do próprio Instituto Brasileiro de Economia, do Serviço de Relações Inter-industriais, e como as pesquisas sobre os fluxos monetários estão sendo empreendidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito, a Equipe da Renda Nacional ocupa-se, dentro da contabilidade nacional, apenas das contas nacionais.

O estudo ora apresentado deve ser considerado como um primeiro passo para o estabelecimento de um sistema de contas nacionais para a economia brasileira, estando a melhoria do mesmo condicionado à massa de informações estatísticas disponíveis.

Ao procurar determinar e identificar, para o Brasil, fluxos que vão de um a outro grupo de participantes da vida econômica, medindo-os quantitativamente, a Equipe da Renda Nacional pretende possibilitar ao economista melhor compreensão dos processos sociais e fornecer a estadistas e dirigentes de empresas os meios de fundamentar mais seguramente — e nas suas respectivas esferas — suas decisões. Isto porque a contabilidade nacional é um estudo que parece constituir, na hora atual, um dos fundamentos mais sólidos da ciência econômica, na base concreta não obstante as imperfeições de certas estimativas.

II — ESTIMATIVA PRELIMINAR PARA 1948 E 1955

Na sua essência, o sistema ora apresentado — em termos de uma contabilidade funcional global — corresponde ao recomendado pelas Nações Unidas(6). Compõe-se de seis contas, a saber: “Conta do Produto Interno, Conta da Renda Nacional, Conta dos Consumidores, Conta do Governo, Conta das Transações com o Exterior e Conta Consolidada de Capital”.

Relativamente ao sistema de contas proposto pelas Nações Unidas, o construído pela Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia diferencia-se apenas num ponto: as contas dos Consumidores, do Governo e das Transações com o Exterior registram apenas as transações correntes. A falta de detalhe suficiente na estimativa dos investimentos impossibilita-nos de apresentar, insertas em cada uma das contas acima, uma conta específica (de reconciliação) de capital. No mais, as modificações são decorrentes da necessidade de conciliar os conceitos utilizados na construção do sistema de contas com os empregados nas estimativas básicas de produto e renda nacional. Tais modificações, de pequena monta, acham-se registradas em anexo nos quadros componentes do nosso sistema.

Estas notas têm como objetivo mostrar ao leitor a utilidade das contas nacionais para fins de análise econômica. É este o intuito dos comentários sintéticos, que aqui fazemos, sobre a Economia Brasileira em 1948 e em 1955.

Para fins de análise, a utilização das contas nacionais gira, evidentemente, em torno das comparações anuais. As contas referentes a um único ano são de pequena valia, pois não oferecem base segura para interpretação dos dados. Quando se dispõe de dados pertinentes a diversos anos, pode-se levar a cabo tal interpretação. A principal utilização das contas nacionais — bem como da contabilidade privada — reside na comparação dos resultados de um ano com o imediatamente seguinte. Há maior risco, em nosso caso, ao compararmos dois anos separados por um intervalo maior de tempo. Apesar disto, a evolução verificada ao longo do período nos autoriza a tentar alguns confrontos. Este é o motivo pelo qual a apresentação

(6) Nações Unidas, *A System of National Accounts and Supporting Tables*, Nova York, 1952.

preliminar das contas nacionais do Brasil diz respeito aos anos de 1948 e 1955 (7).

Indicamos, de início, no quadro que se segue as taxas de evolução da economia brasileira.

PRODUTO NACIONAL BRUTO			
	1948	1955	Aumento Percentual
1 — TOTAL			
1.1 — Em bilhões de Cr\$ correntes	188,5	672,5	257
1.2 — Em bilhões de Cr\$ de 1948	188,5	273,9	45
2 — PER CAPITA			
2.1 — Em cruzeiros correntes	3 800	11 500	203
2.2 — Em cruzeiros de 1948	3 800	4 700	24
3 — TAXA DE AUMENTO REAL			
(Crescimento anual médio geométrico)			
3.1 — Total	5,5 por cento ao ano		
3.2 — Per capita	3,0 por cento ao ano		

CONTA DO PRODUTO INTERNO (8)

A conta do produto interno bruto traduz a produção da economia com um todo. Consigna-se do lado do crédito a soma dos valores adicionados e, do lado do débito, os diferentes tipos de dispêndios realizados durante o ano.

O agregado produto interno bruto difere do produto nacional bruto pelo fato de corresponder a uma consolidação das contas de produção de todos os produtores do país, sem que se considere, por um lado, a renda percebida do exterior por residentes no país, e, por outro, a renda gerada no país e enviada aos titulares dos fatores de produção no exterior. *O produto interno bruto* pretende medir, conseqüentemente, a produção líquida gerada no País, entendendo-se por líquida a resultante da dedução dos consumos intermediários, mantida, entretanto, a depreciação do capital fixo.

(7) ..A *Revista Brasileira de Economia* espera divulgar, em futuro próximo a série completa 1947-1955.

(8) Explicam-se aqui, sumariamente, apenas os conceitos não definidos nos comentários publicados no número de dezembro de 1955 desta revista.

Examinando-se os agregados do ponto de vista de sua utilização, tem-se a *despesa interna bruta e importações*, correspondendo, conceitualmente, a um "valor global da produção". Ao deduzir, portanto, dêste "valor global de produção" as importações (9), chega-se ao conceito de *despesa interna bruta* ou, alternativamente, de *produto interno bruto a preços de mercado*.

Estabelecidos os conceitos, passemos à observação dos algarismos.

O valor de mercado da produção global do país, medindo através do *produto interno bruto*, foi de 190,4 bilhões em 1948 e 674,5 bilhões em 1955. Ocorreu, então, um aumento nominal de 25%. Dêstes, apenas 45% correspondem a um acréscimo em volume físico.

Do lado do crédito, isto é, quanto ao *produto interno a preços de mercado*, a modificação mais significativa entre 1948 e 1955 diz respeito aos impostos indiretos. Com efeito, êstes aumentaram, em termos absolutos, de 20,8 para 117,5 bilhões e, em termos de percentagem do produto interno, de 10,9% para 17,4%. Também os subsídios revelaram um notável acréscimo, pois somaram apenas 200 bilhões em 1948 e atingiram 19,9 bilhões em 1955. Êste lado da conta reflete, portanto, em 1955, as modificações introduzidas no mecanismo cambial do país em fins de 1953.

O efeito líquido do aumento dos *impostos indiretos menos subsídios*, foi o de elevar a margem que ambos representavam no produto aos preços do mercado de 10,3% para 13%.

Analisando, na conta em foco, a destinação do produto entre sua retenção no país e exportações, verifica-se que apesar destas terem aumentado de 23,2 em 1948 para 33,6 milhões em 1955, diminuíram sensivelmente com relação ao produto interno bruto passando de 12,2% para 5,0%. O conteúdo de mercadorias e serviços importados dentro do "valor global de produção" (equivalente ao produto interno bruto mais importações) caiu, também, de 10,4% para 4,8%. A explicação dêstes fatos está nas dificuldades encontradas pelo país no comércio exterior já acentuadas em 1948, mas particularmente agudas em 1955.

Em conseqüência, a elevada taxa de capitalização dos últimos anos (medida pela percentagem de formação bruta de capital relativamente ao produto) retorna, em 1955, ao nível de 1948, isto é, 12,1%.

(9) Deduzidas como se se tratasse de um consumo intermediário, uma vez que as mesmas se distribuem entre as diferentes utilizações do produto.

As restrições às importações, provocaram forte utilização dos estoques (indústria e comércio). Daí resultou a diminuição que, em comparação com 1947 e 1954 respectivamente, verificou-se no nível absoluto dos investimentos quer em 1948 quer em 1955.

O quadro abaixo evidencia como o aumento real do produto interno foi absorvido pelas várias categorias de dispêndio. A acentuada elevação dos preços ressalta da comparação das variações dos percentos em termos nominais e reais.

DISCRIMINAÇÃO	Porcentagem em relação ao PNB a preços de 1948		Variação percentual entre 1948 e 1955	
	1948	1955	Nominal	Real
1. Despesa de consumo de indivíduos	78,1	78,8	248	45
2. Despesa de consumo do governo	9,1	9,3	292	48
3. Formação bruta de capital fixa das emprêsas	10,8	10,8	231	45
4. Formação bruta de capital fixo do governo.....	2,9	3,4	283	74
5. Variação de estoques...	-0,5	0,1		
6. Exportação de mercadorias e serviços	12,3	3,8	45	-55
7. Importação de mercadorias e serviços(1)	-12,7	-6,0	53	-26
DESPESA NACIONAL BRUTA	100,0	100,0	257	45

CONTA DA RENDA NACIONAL

A conta da renda nacional que representa o rendimento propiciado pela economia durante o ano, registra, a seu crédito, os diversos tipos de remuneração pagos aos fatores de produção; do lado do débito consigna-se o produto líquido ao custo dos fatores, isto é, o volume dos dispêndios efetuados com aquelas remunerações.

(1) Inclui renda líquida paga a fatores de produção no exterior.

Os 158,5 bilhões da renda nacional de 1948 correspondiam a 45 bilhões em remunerações pagas ao setor agrícola e 114,0 bilhões (10) ao setor não-agrícola da economia. Em 1955, os 551,3 bilhões da renda nacional desdobravam-se em 174 bilhões pagos ao primeiro setor e 370 bilhões pagos ao segundo. Em termos relativos, a renda da agricultura cresceu, conseqüentemente, mais do que a dos outros setores. A participação destes na composição da Renda Nacional declinou de 71,9% para 67,3%.

Este fato encontra, mais uma vez, explicação na disparidade verificada entre a evolução dos preços agrícolas e a dos produtos não-agrícolas (11). Relativamente à renda do setor não-agrícola, a remuneração do trabalho passou de 81,3 em 1948 para 77,7% em 1955, aumentando, assim, a participação no montante dos lucros, juros e aluguéis de 18,7 para 22,3%.

CONTA CONSOLIDADA DE CAPITAL

A conta consolidada de capital resume a formação de capital pela economia nacional. Ela demonstra como foram financiados, dentro do período anual, os investimentos realizados no país. Para tanto, registra-se, a crédito da conta, o montante das inversões realizadas e, a débito, a estrutura dos fundos que possibilitaram tais inversões. A *poupança-nacional bruta* é a parcela (resíduo) do *produto nacional bruto* não utilizada em consumo corrente. O *investimento bruto* corresponde, por sua vez, à parte da produção corrente empregada na manutenção e no acréscimo do estoque de bens de produção no país. Como fatalmente a produção será ou consumida ou investida, a adição do deficit ou a subtração do superavit do balanço de pagamentos em conta corrente (12) à poupança corresponderá ao montante do *investimento interno bruto*.

Os lucros não distribuídos elevaram-se de 5,3 bilhões em 1948 para 29,6 bilhões em 1955. Em participação relativa do financiamento da formação de capital passaram de 21,3 para 31,1%.

(10) Antes da dedução da renda líquida paga ao exterior.

(11) Segundo *Conjuntura Econômica*, o índice de preço por atacado (1948 = 100) foi em 1955, 311 para os produtos agrícolas e de apenas 240 para os produtos industriais. Enquanto isso, verifica-se, pelo quadro anexo, que o crescimento real da produção agrícola foi substancialmente inferior aos dos demais ramos de atividade.

(12) Um saldo positivo no balanço de pagamentos em conta corrente identifica o investimento do País no exterior; um saldo negativo corresponde ao financiamento do investimento, no País, por poupanças externas.

FINANCIAMENTO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL

1948 E 1955

PERCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL

DISCRIMINAÇÃO	1948	1955
Depreciação	37,8	35,3
Lucro retido	21,3	31,1
Poupança pessoal	8,0	7,1
Governo	20,1	18,0
Previdência Social	6,0	1,0
ECONOMIA LÍQUIDA INTERNA	55,4	57,3
Exterior	3,2	2,4
TOTAL	100,0	100,0

A economia corrente do Governo nos dois anos foi de 5,0 e 17,2 bilhões, respectivamente, situando-se a sua posição relativa em torno de 20%.

CONTA DOS CONSUMIDORES

A conta dos *consumidores* (13) evidencia, de um lado, os diferentes tipos de renda por eles recebidos e, de outro, a utilização dessas rendas em consumo, tributos diretos e poupança.

A *renda pessoal* é, portanto, a medida de todos os recebimentos correntes de indivíduos. É obtida excluindo da *renda nacional* as rendas que não fluem para indivíduos, como por exemplo, os lucros retidos das empresas, e incluindo as transferências, isto é, recebimentos que não provêm da participação na produção corrente.

Em 1948, a *renda pessoal* somou 152,3 bilhões e em 1955, 524,1 bilhões; a *renda pessoal* após a dedução dos impostos diretos, isto é, a *renda disponível*, atingiu respectivamente, nos dois anos assinalados, 148,5 e 509,7 bilhões de cruzeiros. O aumento per capita da *renda disponível* foi de cerca de três vezes: de Cr\$ 3 000 em 1948 passou a Cr\$ 8 700 em 1955. Deflacionando-se tais dados (14) verifica-se que o aumento real foi de 23,3%. Entre os dois anos em exame foi particularmente acentuado o acréscimo das transferências que se elevaram de 4,3 para 24,8 bilhões.

(13) Inclusive instituições sem finalidade lucrativa.

(14) Como a *renda disponível*, em sua quase totalidade, é utilizada na aquisição de bens e serviços de consumo, utilizou-se o deflator implícito do consumo pessoal na estimativa da *renda disponível* aos preços de 1948.

Do lado do dispêndio da renda pessoal, não se verificou alteração importante entre as parcelas destinadas a consumo, pagamento de impostos diretos e poupança.

CONTA DO GOVÊRNO

A conta do Govêrno consolida as receitas e despesas nas três esferas governamentais: União, Estados e Municípios.

Entre os dois anos em confronto algumas modificações importantes ocorreram na estrutura da receita e despesa do Govêrno.

Do lado da receita, verificou-se que, muito embora fôssem os impostos indiretos importantes como fonte de recursos do govêrno em 1948, esta importância cresceu notavelmente em 1955. Os impostos indiretos, em virtude de uma elevação em têrmos absolutos de 20,8 para 117,5 bilhões, passaram a representar 70% da receita do setor govêrno em 1955 contra 63,1% em 1948. Registra-se, em consequência, certo declínio na posição relativa das demais fontes de receita. Assim os impostos diretos que, em 1948, somaram 5,2 bilhões e, em 1955, 22,8 bilhões, viram sua posição relativa diminuir de 15,7 para 13,5%.

Do lado da despesa, os subsídios, praticamente insignificantes em 1948, elevaram-se a quase 30 bilhões em 1955. Passaram a representar 117,5 por cento da despesa total. Verificou-se, também, acentuada diminuição relativa no consumo governamental, uma vez que a despesa com pessoal não se elevou entre 1948 e 1955 nas mesmas proporções que os demais gastos.

O govêrno realizou poupanças correntes de 5,0 bilhões e 17,2 bilhões em 1948 e 1955, respectivamente. Confrontando-se tais dados com os investimentos governamentais, verifica-se que houve um déficit total de cerca de 400 milhões e 4 bilhões em cada um dos dois anos aqui considerados, respectivamente.

CONTA DAS TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR

A conta das transações com o exterior objetiva apresentar, sinteticamente, o movimento de mercadorias e serviços entre a economia para a qual foi construído o sistema de contas e o resto do mundo. O confronto desta conta com as demais permite julgar da importância, para a economia do país, de suas relações com as outras economias nacionais. (Ver, por exemplo, a conta do produto interno bruto).

III — PRODUTO REAL E RENDA REAL

Efetuu-se o cálculo do produto e da renda em têrmos reais, de acôrdo com os critérios fixados em trabalho publicado nesta revista sob o título “O Desenvolvimento da Produção Real e dos Recursos Disponíveis no Brasil” (15).

Dêsse modo o  ndice do produto real total foi calculado como média ponderada das 7 sub-séries apresentadas no quadro anexo.

Chegou-se ao produto real da *agricultura e  ndustria* através da constru o dos índices do volume físico nos diversos ramos da produ o agrícola e industrial. O volume dos serviços prestados pelo *comércio* foi determinado por u’a média ponderada que combina os índices de produ o da agricultura, da  ndustria e o “quantum” da importa o. O  ndice representativo dos *transportes e comunica es* prov em de uma combina o de índices parciais de diversos meios de transportes e comunica es. A contribui o dos setores *gov erno e serviços* na forma o do produto real foi estimada, respectivamente, através do número de pessoas empregadas na administra o pública e do número de indivíduos que exercem sua atividade principal na presta o de serviços, atividades sociais e profissões liberais, segundo os Censos Demográficos de 1940 e 1950 (com as devidas interpola es e extrapola es para os outros anos).

O  ndice de alugue s reais foi elaborado separadamente para os quadros urbanos e suburbanos, de um lado, e para o quadro rural, do outro.

O cáculo da renda real reflete a influência da modifica o dos preços do comércio exterior em rela o   disponibilidade, para a economia nacional, de bens e serviços. O  ndice do produto real s mente evidencia desenvolvimento físico, sem considerar as altera es de poder de compra pela via do comércio exterior, como consequência de varia o dos preços de importa es e exporta es. Em outras palavras, a diferença conceitual entre renda real e produto real traduz a influência da altera o na rela o de trocas da economia com o exterior.  ste ajustamento faz-se necessário se se considera que parte do produto real   trocada com o exterior. Assim, se há uma altera o na rela o de trocas em favor do Brasil (aumento de preços de exportaõ acompanhado de queda, estabilidade ou aumento menor

dos preços de importação; ou ainda, alternativamente, estabilidade dos preços de exportação acompanhada de queda dos preços de importação ou queda porém menor que a verificada nos preços de importação) significa que um mesmo volume de produtos produzidos no país pode ser trocado por um volume maior de produtos produzidos no exterior, do que anteriormente. Disto resulta um aumento maior da renda real em comparação ao produto real.

O aumento do produto real em 1955 foi de 4,6%, contra um aumento em 1954 de 7,5%. O aumento médio nos 5 anos anteriores (de 1949 a 1954) foi de 5,8%. O aumento do produto real per capita foi de 2,5% em 1955, em comparação com 4,8% no ano anterior e 3,3% em média, no quinquênio passado. O aumento de 4,6% no produto real resultou das seguintes alterações nas sub-séries:

Agricultura	+ 8,5	(1954: + 6,8%)
Indústria	+ 3,7	(1954: + 9,9%)
Comércio	+ 2,8	(1954: + 10,8%)
Transportes e Co- municações	+ 3,1	(1954: + 7,8%)
Govêrno	+ 2,5	(extrapolação)
Serviços	+ 2,8	"
Aluguéis	+ 5,3	(1954: + 5,9%)

A influência da alteração na relação de trocas foi sobretudo sensível de 1950 em diante, graças aos preços de café. Desde então, a série da renda real tornou-se sensivelmente mais alta do que a série do produto real.

BRASIL

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

1948 — 1955

I — CONTA DO PRODUTO INTERNO

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
1.01 — Produto interno bruto ao custo dos fatores (2.08)	169,8	586,9	1.04 — Despesa de consumo de indivíduos (1) (4.01)	147,2	512,3
1.02 — Impostos indiretos (5.07) ...	20,8	117,5	1.05 — Despesa de consumo do Governo (5.01)	17,2	67,4
— Ágios	—	38,9	1.06 — Formação bruta de capital fixo (3.01)	25,8	88,2
— Outros impostos indiretos ...	20,8	78,6	1.07 — Variação de estoque (3.02)	—0,9	6,9
1.03 — Menos: Subsídios (5.02) ..	—0,2	—29,9	1.08 — Exportação de mercadorias e serviços (6.01)	23,2	33,6
— Bonificações a exportadores	—	28,9	DESPESA INTERNA BRUTA E IMPORTAÇÕES	212,5	708,4
— Outros subsídios	0,2	1,0	1.09 — Menos: Importação de mercadorias e serviços (6.03) ..	—22,1	—33,9
PRODUTO INTERNO BRUTO AOS PREÇOS DE MERCADO	190,4	674,5	DESPESA INTERNA BRUTA ...	190,4	674,5

(1) Estimado como resíduo. Este item acumula, desse modo, os erros e omissões da estimativa dos demais componentes não residuais da despesa nacional bruta. Tratando-se porém da parcela mais substancial do agregado os erros e omissões representam, por esse procedimento, uma percentagem menor do que a verificável ao calcular qualquer outro componente da despesa sob forma residual.

II — CONTA DA RENDA NACIONAL

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
SETOR NÃO AGRÍCOLA	114,0	870,9	2.08 — Produto interno bruto ao custo dos fatores (1.01)...	169,8	586,9
2.01 — Remuneração do trabalho (4.04)	92,7	288,2	2.09 — Renda líquida paga aos fatores da produção pelo exterior (6.02)	—1,9	—2,0
— Administração Pública ...	11,6	39,0	2.10 — <i>Menos</i> : Depreciação do Capital fixo (3.03)	—9,4	—33,6
— Demais ramos de atividade	81,1	249,2			
2.02 — Lucro distribuído (4.05)	8,8	24,5			
2.03 — Lucro retido (3.04)	5,3	29,6			
2.04 — Juros e aluguéis	7,2	28,6			
— Governo (5.06)	0,5	2,0			
— Setor privado (4.06)	6,7	26,6			
SETOR AGRÍCOLA					
2.05 — Renda da agricultura (4.07)	45,0	174,0			
2.06 — Impostos diretos pagos por empresas (5.08)	1,4	8,4			
2.07 — Renda líquida paga ao exterior (2) (4.10)	—1,9	—2,0			
RENDA NACIONAL	158,5	551,3	PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO AO CUSTO DOS FATORES	158,5	551,3

(2) Este item é apresentado também a crédito da conta por constituírem os itens 2.01 a 2.05 estimativas antes da remessa ou recebimento da renda para e do exterior.

III — CONTA CONSOLIDADA DE CAPITAL

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
3.01 — Formação interna bruta de capital fixo (1.06).....	25,8	88,2	3.03 — Depreciação de capital fixo (2.10)	9,4	33,6
3.02 — Variação de estoques (1.07)	0,9	6,9	3.04 — Lucro retido das empresas (2.03)	5,3	29,6
			3.05 — Poupança Pessoal (4.03) (3)	2,0	6,7
			3.06 — Saldo do Governo em conta corrente (5.05)	5,0	17,2
			3.07 — Saldo da Previdência Social em conta corrente (4)	1,5	1,0
			ECONOMIA INTERNA LÍQUIDA	13,8	54,5
			3.08 — Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente (6.04)	0,8	2,5
			Erros e Omissões	0,9	4,7
PRODUÇÃO INTERNA BRUTA DE CAPITAL	24,9	95,1	FINANCIAMENTO DA FORMAÇÃO INTERNA BRUTA DE CAPITAL	24,9	95,1

(3) Em bancos, caixas econômicas e companhias de seguro e capitalização.

(4) O sistema da previdência social não foi incluído na conta do governo. Em consequência computou-se este saldo como item independente (5). Para 1955, a estimativa é preliminar.

IV — CONTA DOS CONSUMIDORES

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
4.01 — Despesas de consumo (1.04)	147,2	512,3	4.04 — Remuneração de trabalho (2.01)	92,7	288,2
4.02 — Impostos diretos (5.09) ...	3,8	14,4	4.05 — Lucro distribuído (2.02) ..	8,8	24,5
4.03 — Poupança (3) (3.05)	2,0	6,7	4.06 — Juros e aluguéis (2.04) ...	6,7	26,6
Erros e omissões	-0,7	-9,3	4.07 — Renda da agricultura (2.05)	45,0	174,0
			4.08 — Transferências (5.03)	4,3	24,8
			4.09 — <i>Menos</i> : Contribuições para a Previdência Social(5) ...	-3,3	-12,0
			4.10 — Renda paga ao exterior(2) (2.07)	-1,9	-2,0
DESPESA PESSOAL	152,3	524,1	RENDA PESSOAL	152,3	524,1

(5) As contribuições para a previdência social são computadas como se constituíssem um imposto direto.

V — CONTA DO GOVERNO

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
5.01 — Despesas de consumo (1.05)	17,2	67,4	5.06 — Renda de propriedade (2.04)	0,5	2,0
— Pessoal	11,6	39,0	5.07 — Impostos indiretos (1.02) ..	20,8	117,5
— Outras compras de bens e serviços	5,6	28,4	— Ágios	—	38,9
5.02 — Subsídios (1.03)	0,2	29,9	— Outros impostos indiretos...	20,8	78,6
— Bonificações a exportadores	—	28,9	5.08 — Impostos indiretos pagos pelas empresas (2.06)	1,4	0,4
— Outros subsídios	0,2	1,0	5.09 — Impostos diretos pagos por consumidores (4.02)	3,8	14,4
5.03 — Transferências correntes para consumidores (4.08)	4,3	24,8	5.10 — Outras receitas(6)	6,5	26,3
5.04 — Outras despesas(6)	6,3	29,3			
5.05 — Poupança (3.06)	5,0	17,2			
UTILIZAÇÃO DA RECEITA CORRENTE	33,0	168,6	RECEITA CORRENTE	33,0	168,6

(6) Outras receitas e despesas decorrentes de transações financeiras e de atividades governamentais incluídas, nos levantamentos básicos, no setor privado.

VI — CONTA DAS TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR

Em Cr\$ 1 000 000 000

ESPECIFICAÇÃO	1948	1955	ESPECIFICAÇÃO	1948	1955
6.01 — Exportação de mercadorias e serviços (1.08)	23,2	33,6	6.03 — Importação de mercadorias e serviços (1.09)	22,1	33,9
6.02 — Renda líquida paga aos fatores de produção no exterior (2.09)	-1,9	-2,0	6.04 — Superavit ou déficit da nação em conta corrente (3.08)	-0,8	-2,3
RECEITAS CORRENTES DO EXTERIOR	21,3	31,6	UTILIZAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES NO EXTERIOR...	21,3	31,6

DESPESA NACIONAL BRUTA, 1948 E 1955

Em Cr\$ 1 000 000 000

D E S P E S A	1948	1 9 5 5	
		Preços correntes	Preços de 1948
1. Despesa de consumo de indivíduos(1)	147,2	512,3	215,7
2. Despesa de consumo do Governo	17,2	67,4	25,5
3. Formação bruta de capital fixo em empresas	20,4	67,5	29,6
4. Formação bruta de capital fixo do governo	5,4	20,7	9,4
5. Variação de estoques	-0,9	6,9	0,2
DESPESA DE CONSUMO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL	189,3	674,8	280,4
6. Exportação de mercadorias e serviços	23,2	33,6	10,4
DESPESA INTERNA BRUTA E IMPORTAÇÕES.....	212,5	708,4	290,8
7. <i>Menos:</i> Importação de mercadorias e serviços	-22,1	-38,9	-16,4
DESPESA INTERNA BRUTA	190,4	674,5	274,4
8. Renda líquida paga aos fatores de produção no exterior	-1,9	-2,0	-0,5
DESPESA NACIONAL BRUTA	188,5	672,5	278,9

INDICE DO PRODUTO E DA RENDA REAL NO BRASIL — 1939 — 1955

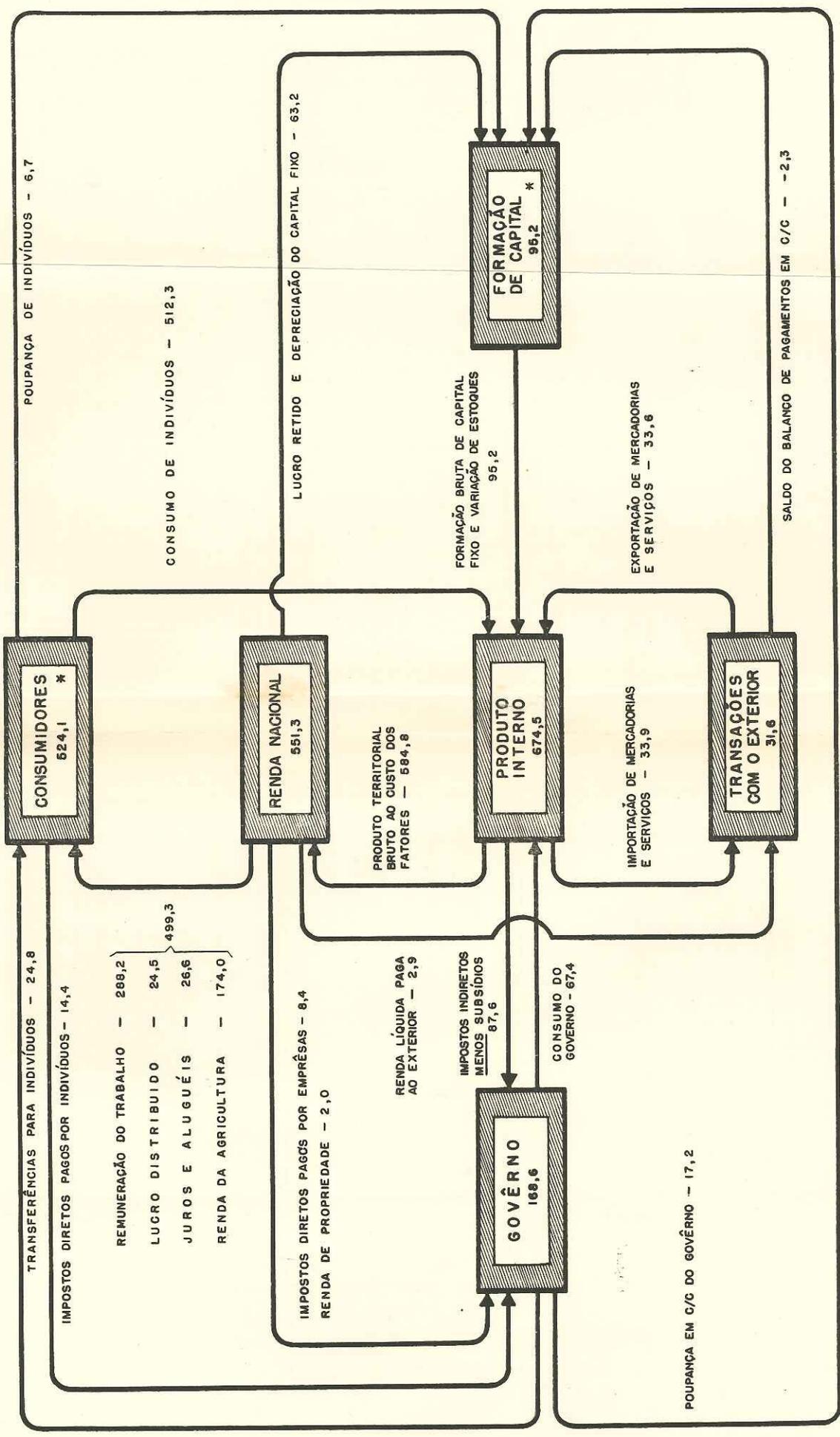
(1939 = 100)

	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Agricultura.....	97	102	96	102	105	100	107	103	111	116	120	121	131	131	140	152
Indústria.....	105	116	113	125	130	137	156	163	178	187	209	230	247	256	282	292
Comércio.....	100	107	100	110	115	118	133	144	153	161	177	197	207	207	229	236
Transportes e Comunicações.....	106	115	111	114	124	132	134	146	169	182	195	215	232	256	276	285
Governo.....	102	105	107	110	113	115	118	121	124	126	130	133	136	140	143	146
Serviços.....	103	106	109	113	116	120	123	127	131	135	139	143	148	152	157	161
Aluguéis.....	103	105	108	111	113	116	119	121	131	143	153	160	172	184	195	205
Produto real total.....	101	107	104	111	115	116	125	128	137	144	153	163	173	177	191	199
Produto per-capita.....	99	102	98	101	102	101	106	106	111	114	119	123	128	128	134	137
Renda real total.....	100	107	105	112	117	117	126	130	138	147	164	174	185	192	206	217
Renda per-capita.....	98	102	99	102	104	102	107	108	112	116	127	131	137	138	145	147

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia (Fundação Getúlio Vargas).

REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 1955

VALORES EM Cr\$ 1.000.000.000



EQUIPE DA RENDA NACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS)

* Nas duas situações assinaladas os fluxos parciais não correspondem exatamente ao fluxo total. Para os detalhes ver o sistema de contas e respectivas notas explicativas.